

FICHA RESUMO INDIVIDUAL DE AÇÕES DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS – PAPs

Ação nº: GM 01

Sub-ação: a

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Articular a instituição de Governança formal na RMRJ.

Título da Sub-ação: Adotar Lei Complementar que institua a governança formal na RMRJ, incluindo a criação de um Fundo Metropolitano, a partir da discussão do PLC 10/2015.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Estadual (executivo e legislativo – ALERJ) e governos municipais.

Público Alvo da Ação: Deputados estaduais da ALERJ.

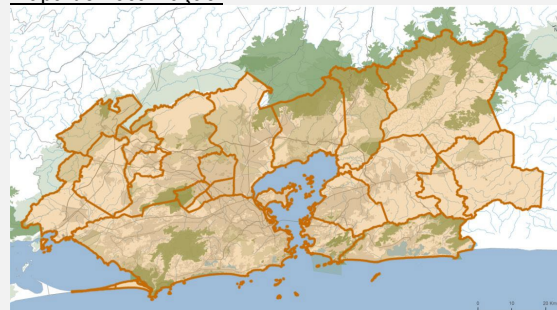
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Sem custo financeiro.

Custo Estimado Final da Ação: Sem custo financeiro.

Fontes de Financiamento: Não se aplica.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Existe uma proposta de Lei Complementar Estadual (PLC 10/2015) encaminhada à ALERJ, que retoma a discussão sobre a governança e a gestão metropolitana no Rio de Janeiro, cujo conteúdo atende às premissas da ADIN 1842/RJ que, em síntese, preconiza o compartilhamento de responsabilidades nas funções públicas de interesse comum. O Decreto nº 44.905, de 11/08/2014, foi um passo importante nessa retomada metropolitana, por parte do Governo Estadual, mas não tem hierarquia legal para instituir uma governança formal. A criação da Câmara Metropolitana de Integração Governamental e do Grupo Executivo de Gestão Metropolitana foram, sem dúvida, passos importantes nessa direção, mas é fundamental retomar as negociações políticas com os deputados da ALERJ para se aprovar uma Lei Complementar que cumpra as premissas da ADIN, 1842/RJ e atualize os aspectos pontuais ainda vigentes da Lei Complementar 87/1997, que estabeleceu a RMRJ dentro dos preceitos definidos na Constituição Federal de 1988, mas foi objeto de inúmeras reformulações. Atenção especial deve ser dada à criação, dentro dessa Lei Complementar, do Fundo Metropolitano, como principal instrumento de apoio aos investimentos e iniciativas de âmbito metropolitano.

Questão a ser solucionada: Falta de marco legal para a governança formal na RMRJ, atendendo às premissas da ADIN 1842/RJ e conciliando, no que couber, com a parte vigente da LC 87/1997 e o Estatuto da Metrópole.

Atividades curto prazo: Articulação institucional no âmbito dos governos estadual e municipal do Estado do Rio de Janeiro.

Atividades médio prazo: Articulação institucional interfederativa para implementação do marco de governança adotado.

Atividades longo prazo: Implementação continuada e aperfeiçoamento do marco de governança, avaliação institucional.

Observações: Mesmo sem custo financeiro direto, reconhece-se a necessidade de tempo e negociações políticas para o alcance do objetivo.

Ação nº: GM 01

Sub-ação: b

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Articular a instituição de Governança formal na RMRJ.

Título da Sub-ação: Aprovar o PDUI segundo as regras da governança adotada.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governança metropolitana e conselho deliberativo da RMRJ.

Público Alvo da Ação: Membros do Conselho Deliberativo da RMRJ.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Sem custo financeiro.

Custo Estimado Final da Ação: Sem custo financeiro.

Fontes de Financiamento: Não se aplica.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Uma vez instituída a governança formal da RMRJ, a primeira tarefa prática do ente deliberativo será a discussão do PDUI e sua aprovação, para fins de sua adoção como marco referencial de prioridades de investimentos e visão estratégica do futuro desejado.

Questão a ser solucionada: Falta de marco legal para a governança formal na RMRJ, atendendo às premissas da ADIN 1842/RJ e conciliando, no que couber, com a parte vigente da LC 87/1997 e o Estatuto da Metrópole.

Atividades curto prazo: Implementar sub-ação GM 01-a sobre a instituição do marco de governança formal da RMRJ, que é pré-requisito para esta sub-ação. Caso contrário, será necessário negociar outro arranjo jurídico formal para essa aprovação.

Atividades médio prazo: Aprovar o PDUI.

Atividades longo prazo: Implementação continuada do PDUI e seu monitoramento.

Observações: Mesmo sem custo financeiro direto, reconhece-se a necessidade de tempo dos membros do Conselho Deliberativo e eventuais negociações políticas para o alcance do objetivo.

Ação nº: GM 02

Sub-ação: a

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Promover o fortalecimento da Agência Metropolitana e construir uma capacidade de planejamento integrado.

Título da Sub-ação: Promover arranjos institucionais que levem a um maior dinamismo metropolitano, com foco na reforma do Estado para articular iniciativas metropolitanas inovadoras, incluindo a formação de consórcios públicos.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, Governo Estadual (executivo e legislativo), governos municipais (executivo e legislativo) e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos dos municípios metropolitanos e Governo Estadual.

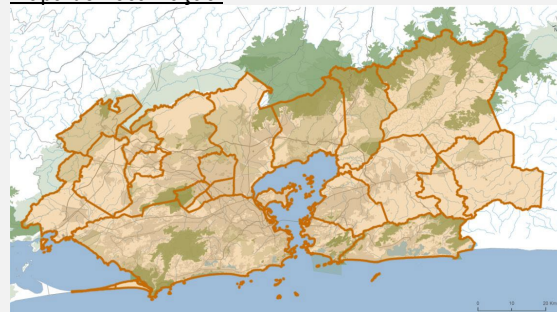
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais, setor privado e BNDES.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Dentro do propósito geral de promover maior cooperação entre os municípios e recuperar a capacidade de planejamento integrado, será preciso avançar desde o individualismo municipal para novos arranjos institucionais mais propícios a estimular ou acompanhar o dinamismo metropolitano. Diversos municípios metropolitanos já participam de consórcios públicos. A sub-ação tem foco em apoiar a formação de novos consórcios, conforme a necessidade e tendo em vista os objetivos a serem alcançados, além de outros arranjos institucionais, como por exemplo a formação de empresas públicas vinculadas a consórcios intermunicipais ou interfederativos, de modo a agilizar a captação de recursos e realização de investimentos. Não se descarta nenhum tipo de parceria entre municípios e outras entidades públicas ou privadas, embora o foco seja a reforma do Estado para articular iniciativas inovadoras.

Questão a ser solucionada: Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.

Atividades curto prazo: Promover contratação de assessoria técnica para identificação de municípios potencialmente interessados na conformação de novos consórcios, bem assim apoio técnico para esse fim; e identificação de resultados desejados entre as propostas do PDUI que possam ser alcançados mais rapidamente por arranjos inovadores.

Atividades médio prazo: Apoio à conformação dos consórcios e demais arranjos inovadores.

Atividades longo prazo: Acompanhamento das atividades dos consórcios e seus resultados para a implementação do PDUI.

Observações: O financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Ação nº: GM 02

Sub-ação: b, c

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Promover o fortalecimento da Agência Metropolitana e construir uma capacidade de planejamento integrado.

Título da Sub-ação: b) Estimular maior apoio dos municípios-polo (Rio de Janeiro e Niterói) aos municípios menores; c) Incentivar a cooperação intermunicipal, a fim de reduzir o ambiente de competição predatória entre os municípios.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos dos municípios metropolitanos.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governos municipais e governança metropolitana.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Essas sub-ações estão estreitamente correlacionadas, sendo a primeira um foco de destaque da segunda, que é mais ampla. Dada a peculiaridade de “capitalidade dual” que caracteriza a RMRJ, propõe-se que cada polo se comprometa a apoiar o desenvolvimento institucional e territorial de sua respectiva área de influência, especialmente no caso dos municípios menores ou mais frágeis. Esse apoio pode ocorrer na forma de capacitação direta ou indireta, orientação técnica para a formulação de projetos e iniciativas de toda ordem, ação conjunta para objetivos de interesse comum e, mais importante, solidariedade para que os outros consigam resultados de interesse próprio, mesmo renunciando a resultados que pudessem beneficiar apenas os polos. Essas sub-ações não implicam necessariamente em custo financeiro direto, mas tempo técnico do corpo de servidores, negociações políticas entre as autoridades eleitas, parcerias intermunicipais para o trato com outras esferas de governo e o setor privado, sempre com foco no grande objetivo metropolitano de reduzir as desigualdades territoriais.

Questão a ser solucionada: Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.

Atividades curto prazo: Identificação de necessidades pontuais e formas de apoio rápido e efetivo.

Atividades médio prazo: Aproveitar as prioridades do PDUI como oportunidades para colaboração mais estreita entre os municípios vizinhos ou impactados por essas prioridades.

Atividades longo prazo: Aproveitar as oportunidades de financiamento interno e externo para incorporar a participação dos municípios menores; acordar patamares mínimos de “eficiência institucional” para todos os municípios e estimular os que estejam acima desse patamar a contribuir tecnicamente para a superação dos que estejam abaixo (solidariedade).

Observações:

Título da Ação: Promover o fortalecimento da Agência Metropolitana e construir uma capacidade de planejamento integrado.

Título da Sub-ação: d) Estimular os municípios a instituir e utilizar instrumentos urbanísticos inovadores; e) Garantir maior equidade nas decisões municipais de impacto metropolitano.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governos municipais, governança metropolitana, Ministério das Cidades e setor privado.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais, setor privado e Ministério das Cidades.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Essas sub-ações são estreitamente complementares, sendo a segunda um corolário de objetivo da primeira. Ao adotar instrumentos urbanísticos inovadores, seu propósito será conseguir maior equidade nas decisões municipais dentro do objetivo de reduzir todo tipo de desigualdade ou desequilíbrio, tanto territorial como institucional. Estudos iniciais devem ser conduzidos no sentido de identificar as prioridades na adoção desses instrumentos, especialmente aqueles instituídos pelo Estatuto da Cidade, em função das capacidades municipais em manejá-los com eficiência, programando em paralelo iniciativas de capacitação para superar essas dificuldades eventuais. Assim como em outras sub-ações, as palavras de ordem são cooperação e solidariedade. A contribuição do setor privado será no sentido de utilizar sua responsabilidade social empresarial dentro de parcerias com os municípios para uma ação concertada na adoção oportuna e correta utilização dos instrumentos. A contribuição do órgão metropolitano será no sentido de alertar para os resultados das decisões em termos de tendências a reduzir ou aumentar as brechas de equidade.

Questão a ser solucionada: Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.

Atividades curto prazo: Realizar Estudos técnico-jurídicos para a adoção correta dos instrumentos; e programar sua adoção de modo a não comprometer as necessidades de implementação do PDUI.

Atividades médio prazo: Promover capacitação das equipes técnicas para a utilização eficiente dos instrumentos; manifestação do órgão metropolitano quanto aos riscos das decisões em termos de promoção ou não da equidade.

Atividades longo prazo: Promover uniformização da utilização dos instrumentos e adoção de instrumentos urbanísticos adicionais, no sentido de reforçar a capacidade institucional dos municípios e evitar brechas de eficiência.

Observações: O financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Ação nº: GM 02

Sub-ação: f

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Promover o fortalecimento da Agência Metropolitana e construir uma capacidade de planejamento integrado.

Título da Sub-ação: Promover a integração entre as diretrizes metropolitanas e as políticas setoriais e orçamentos de todas as esferas de governo que incidem no território da RMRJ.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos, empresas concessionárias de serviços públicos, agências reguladoras e órgãos federais de apoio aos municípios.

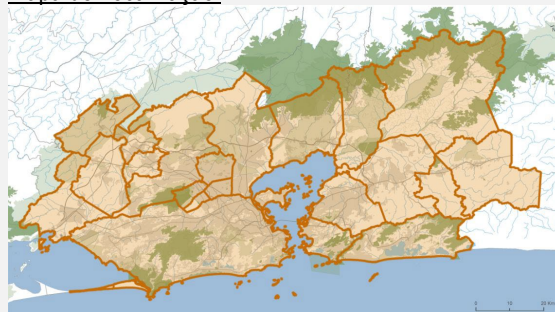
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: O propósito desta sub-ação é conseguir a convergência entre os objetivos setoriais e territoriais, bem como os recursos financeiros para alcançá-los, sem dispersão ou fragmentação. As atividades incluem tanto os processos de extensão das redes de serviços como as licitações de concessão desses serviços e outros ainda por definir. Esta sub-ação envolve principalmente tempo dos corpos técnicos e negociações políticas, assim como revisão de diretrizes de procedimentos, de modo que as diretrizes metropolitanas sejam uma orientação básica para todos os casos acima mencionados. Não se trata de uma imposição institucional de um instrumento sobre os demais, mas de coordenar com paciência e perseverança a implementação progressiva e oportuna das prioridades que forem acordadas entre todos os atores públicos e privados no âmbito do PDUI.

Questão a ser solucionada: Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.

Atividades curto prazo: Disseminar amplamente as diretrizes metropolitanas; revisar os planos setoriais existentes e suas prioridades territoriais; e revisar os orçamentos aprovados e sua territorialização.

Atividades médio prazo: Acompanhar a elaboração dos novos orçamentos setoriais e territoriais (Estado, Municípios, órgãos federais, empresas de serviços) para assegurar a coerência e convergência com as diretrizes e prioridades metropolitanas.

Atividades longo prazo: Conseguir que o PDUI seja uma referência básica na elaboração de planos e orçamentos em todas as esferas de governo e seus parceiros.

Observações:

Ação nº: GM 03

Sub-ação: a

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Inovar e reforçar estratégias tributárias e financeiras (IPTU, contribuição de melhoria, conceito do poluidor-pagador, entre outras), incluindo a elaboração, no longo prazo, de cadastro técnico multifinalitário.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos e órgãos federais de apoio aos municípios.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais, fundos internacionais, setor privado, BNDES, CAIXA e Ministério das Cidades.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: É fundamental reforçar a capacidade financeira própria dos municípios, partindo de uma atualização progressiva do valor imobiliário e sua valorização em função dos investimentos públicos. Estudos devem ser feitos para a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), utilizando o mosaico aerofotogramétrico metropolitano já disponível. As alíquotas do IPTU também são instrumentos urbanísticos, além de financeiros, e devem refletir um prêmio (ou sanção) ao uso eficiente (ou ineficiente) da área urbanizada e equipada. Estudos técnicos e jurídicos devem apontar as oportunidades de utilização da contribuição de melhoria como recuperação (ao menos parcial) da valorização imobiliária promovida por investimentos públicos das três esferas de governo. A situação ideal a conseguir é a adoção de um cadastro técnico multifinalitário em bases homogêneas para toda a RMRJ, se possível com a indicação de metas fiscais locais, dentro de suas peculiaridades. Esta sub-ação se relaciona, de certa forma, com a sub-ação GM 03-c sobre incentivos sustentáveis, de modo a evitar renúncias fiscais ineficientes.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas..

Atividades curto prazo: Utilização imediata do mosaico aerofotogramétrico disponível para a atualização pontual da base de contribuintes e áreas tributáveis; e campanhas de conscientização cidadã sobre o pagamento do IPTU como a "taxa de condomínio da cidade".

Atividades médio prazo: Estudos de prêmios e sanções para o alinhamento do IPTU e demais tributos aos objetivos do desenvolvimento urbano sustentável, Agenda 2030, Mudança Climática, Nova Agenda Urbana, etc.; e montagem de PGVs atualizadas.

Atividades longo prazo: Adoção de cadastro técnico multifinalitário homogêneo nos municípios da RMRJ.

Observações: O financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Articular a alimentação permanente do Fundo Metropolitano para financiar os investimentos de interesse metropolitano definidos nas estratégias do PDUI.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, Governo Estadual, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos, órgãos federais de apoio aos municípios e entidades nacionais e internacionais de financiamento municipal.

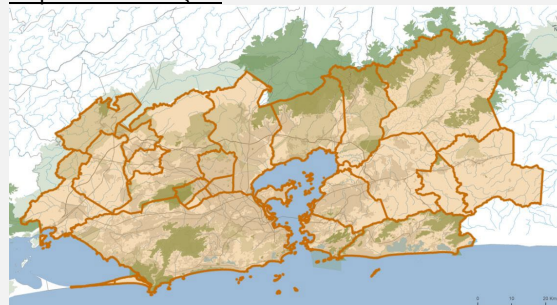
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, governos municipais e governança metropolitana.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Dependendo da forma e composição do Fundo Metropolitano a ser criado por Lei Complementar, será necessária uma "campanha institucional" para que todos os recursos diretamente vinculados ao financiamento de iniciativas de implementação do PDUI sejam depositados nesse Fundo. Isso inclui tanto os repasses intergovernamentais como as transferências voluntárias de qualquer das esferas de governo. Não se considera que exista um custo financeiro direto, mas é evidente que existe uma importante alocação de tempo e energia do corpo técnico do órgão metropolitano, em ação junto aos municípios, Governo Federal e outras fontes de financiamento, para que o Fundo tenha essa alimentação contínua.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.

Atividades curto prazo: Conseguir a aprovação da constituição e normas de utilização corretas do Fundo Metropolitano.

Atividades médio prazo: Identificar as fontes de financiamento previstas para os investimentos metropolitanos e articular os respectivos depósitos no Fundo; e negociar parcerias e convênios para a continuidade desses procedimentos.

Atividades longo prazo: Avaliar a eficiência desse instrumento e proceder aos eventuais ajustes requeridos para sua utilização correta e eficiente.

Observações:

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Apoiar a adoção de incentivos sustentáveis focalizados para atrair investimentos públicos e privados de modo desconcentrado (território) e descentralizado (gestão).

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais e setor privado.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Esta sub-ação tem por objetivo utilizar com racionalidade e cautela a renúncia fiscal seletiva como incentivo para a atração de investimentos, com base na suposição de que a renúncia atual é investimento no aumento de arrecadação futura. Será necessário realizar estudos de impacto fiscal para mensurar o tipo de renúncia que pode, ao mesmo tempo, interessar o investidor público e privado, nacional e estrangeiro, e também permitir um aumento de arrecadação direta ou indireta a partir dos investimentos realizados. Esses estudos são essenciais para superar os receios gerados pelo abuso na concessão de incentivos, no passado recente, provocando insuficiência de arrecadação no curto prazo e sem impacto positivo suficiente dos investimentos pretendidos no médio prazo. Também será preciso prestar atenção na coordenação de investimentos desconcentrados, para reduzir as desigualdades territoriais, como também operacionalizados a partir das diversas formas de gestão descentralizada, tanto nos municípios como em instâncias de parcerias. Essas iniciativas no curto e no médio prazo deverão ser insumos de aprendizagem para a elaboração de uma política metropolitana de incentivos fiscais sustentáveis no longo prazo, com vistas a investidores de todo tipo, no Brasil e no exterior.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.

Atividades curto prazo: Promoção de estudos de oportunidades e limitações para a renúncia fiscal de modo sustentável (incluindo a compensação posterior com aumento de outras arrecadações), envolvendo tanto os tributos municipais e estaduais.

Atividades médio prazo: Cotejamento dessas oportunidades entre municípios para evitar a competição predatória (ver sub-ação GM 02-c); e definição de prioridades fiscais locais para atender as prioridades de implementação do PDUI.

Atividades longo prazo: Desenvolver uma política municipal, estadual e metropolitana de incentivos fiscais para a atração de investimentos privados, nacionais e estrangeiros.

Observações: O financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Estimular o crescimento econômico equalizado da metrópole para reduzir as desigualdades territoriais.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, Governo Estadual, governos municipais e setor privado (entidades promotoras de desenvolvimento econômico).

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos e setor privado.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, governos municipais e setor privado (entidades promotoras de desenvolvimento econômico).

Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Mapa de Localização:



Descrição da Ação/Sub-ação: O desenvolvimento econômico tem uma lógica territorial diferenciada, pois se dá a partir de vantagens comparativas e competitivas dos territórios, dentro de uma visão das cadeias globais de produção e distribuição. Assim, territórios com muitas vantagens sempre terão a preferência dos investidores. Porém, é possível identificar cadeias de valor em áreas mais deprimidas e buscar compensações setoriais e territoriais para que o desequilíbrio socioeconômico no território não se agudize, mas, ao contrário, seja reduzido. Esta sub-ação não tem custo financeiro direto porque depende principalmente de negociações políticas e fiscais lideradas pelo órgão metropolitano, para estimular os investidores a explorar uma melhor distribuição espacial de seus investimentos, dentro de suas próprias lógicas produtivas. São iniciativas de lobby proativo, sempre orientado pelas prioridades do PDUI.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.

Atividades curto prazo: Acompanhar o desenvolvimento de missões exploratórias de investimentos e atuar no sentido de oferecer oportunidades alinhadas com as prioridades territoriais do PDUI; estimular os municípios a entenderem com mais profundidade suas bases econômicas e suas cadeias internas de valor.

Atividades médio prazo: Articular com os municípios e estado as parcerias necessárias com entidades promotoras de cadeias produtivas (FIRJAN, Associação Comercial, etc.) para reforçar a formação de cadeias dentro do território metropolitano, mas em forma desconcentrada.

Atividades longo prazo: Estimular a elaboração de um ou mais planos de desenvolvimento econômico desconcentrado, em parcerias público-privadas com foco em municípios selecionados que ainda estejam à margem da inserção nacional e internacional.

Observações:

Ação nº: GM 03

Sub-ação: e

PAP: Governar a Metrópole

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Estimular decisões orientadas a fortalecer a responsabilidade entre os sujeitos, seus governos e seus territórios.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governos municipais, governança metropolitana e parceiros selecionados na sociedade civil, incluindo clubes de serviço (Rotary, Lions, etc.).

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos, mídia em geral e parceiros selecionados na sociedade civil.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

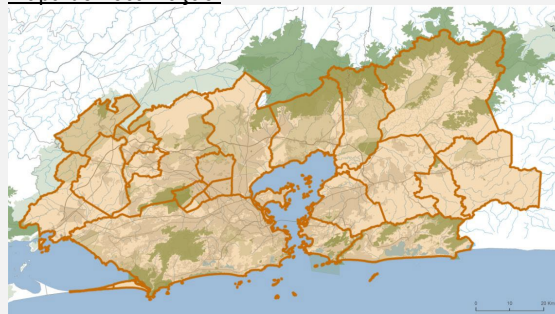
Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais e setor privado (responsabilidade social empresarial).

Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Mapa de Localização:



Descrição da Ação/Sub-ação: Esta sub-ação se articula com as sub-ações GM 03-f, GM 05-d e GM 05-e, sobre participação e pertencimento. A atual fragmentação metropolitana aliada ao protagonismo dos dois polos tende a sufocar a natural relação de responsabilidade entre governantes e governados ao longo da metrópole. A insuficiência institucional de diversos municípios (e a indiferença de alguns) colabora para essa sensação de abandono. O foco principal aqui é a realização de campanhas institucionais onde os municípios, com apoio técnico e político do órgão metropolitano, tratarão de recuperar sua credibilidade nessa relação de co-responsabilidade. É importante que a cidadania entenda que o Direito à Cidade implica em deveres para com a cidade e, inversamente, que os governos entendam e pratiquem a opção de prioridade pelos segmentos socioeconômicos e territórios mais vulneráveis.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.

Atividades curto prazo: Identificação de parcerias potenciais em cada território, especialmente mídias de alcance local e clubes de serviço.

Atividades médio prazo: Desenho e realização de campanhas diferenciadas segundo a mídia e o território, como foco na promoção da co-responsabilidade entre governo e cidadãos.

Atividades longo prazo: Buscar uma convergência operacional entre esta sub-ação e as outras mencionadas acima, no sentido de conseguir uma efetiva participação pública-comunitária para a gestão territorial e dos serviços.

Observações: Quando em espécie, o financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Título da Ação: Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros e sua utilização eficiente.

Título da Sub-ação: Estimular parcerias com o setor privado, incluindo articulações com cooperativas, organizações comunitárias e outras entidades da sociedade civil organizada.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos e parceiros selecionados no setor privado e na sociedade civil, especialmente as organizações de base territorial.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais e setor privado (responsabilidade social empresarial).

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 17. Melhoria da autonomia (fiscal e gestão) de cada município da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Muito se propugna a respeito de parcerias público-privadas (PPPs), mas também existem outras parcerias interessantes, tais como convênios operacionais com entidades de base territorial local, como cooperativas, associações de bairro, etc. A partir de um estudo de identificação da existência desse tipo de organização territorial e sua experiência institucional, os governos locais (e estadual) podem negociar parcerias para a execução de tarefas rotineiras, aproveitando oportunidades de menor custo operacional e maior entrosamento com essas organizações, sempre tendo em vista o melhor atendimento à cidadania. Atividades rotineiras como coleta seletiva de lixo, limpeza de ruas, manutenção de calçadas, operação e manutenção de equipamentos públicos (escolas, creches, etc.), são uma ótima oportunidade de vincular a população dos bairros à gestão dos serviços de seu bairro, reforçando o controle social sobre os mesmos. Esses convênios não apenas consolidam a participação cidadã como o sentimento de pertencimento territorial.

Questão a ser solucionada: Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias com excesso de renúncia fiscal; indiferença na construção de parcerias, tudo isso resultando em insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas..

Atividades curto prazo: Identificação das organizações territoriais de base e sua experiência; e sondagem sobre seu interesse em parcerias com o município.

Atividades médio prazo: Construção e consolidação das parcerias.

Atividades longo prazo: Monitoramento das parcerias e sua avaliação em efetividade e custo-benefício; e elaboração de uma política metropolitana de apoio às parcerias comunitárias.

Observações: Quando em espécie, o financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Título da Ação: Estimular a ampliação da adoção de políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população e a ampliação da eficiência do gasto público.

Título da Sub-ação: a) Incentivar o alinhamento entre os Planos Diretores e o PDUI; b) Promover a elaboração de planos municipais setoriais alinhados com as estratégias e prioridades do PDUI.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos, assim como seus parceiros na revisão dos planos diretores.

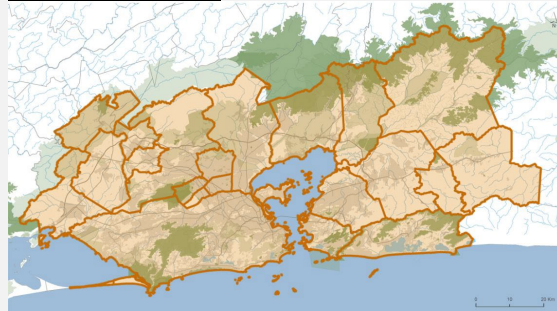
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: Incluído na ação HM 01.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, governos municipais, fundos internacionais, setor privado, BNDES e CAIXA.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Descrição da Ação/Sub-ação: Estas duas sub-ações se complementam dado seu objetivo comum de promover o alinhamento técnico (setores, territórios) e temporal (prioridades, prazos) ao PDUI. Será preciso superar o desafio de assimetria hierárquica entre cada Plano Diretor e o PDUI metropolitano, com base em negociações políticas com vistas à realização de um bem comum e maior, qual seja o desenvolvimento urbano equitativo e sustentável da metrópole. Como uma boa parte dos Planos Diretores está em final de vigência, essa será a oportunidade de, ao revisá-los, incorporar as prioridades acordadas no PDUI. Por outro lado, cada Plano Diretor se detalha e se implementa por meio de planos municipais setoriais, os quais deverão seguir um alinhamento de objetivos e prioridades tanto com o PDUI, em geral, como com cada respectivo Plano Diretor municipal. Pode-se inclusive explorar a possibilidade de se elaborar Planos Diretores concomitantes para municípios vizinhos, dentro ou fora de arranjos consorciados. Outro arranjo a explorar será o envolvimento da academia nessa atividade, tanto como forma indireta de capacitação funcional das equipes municipais, como para o enriquecimento do conhecimento de campo das contrapartes acadêmicas interessadas.

Questão a ser solucionada: Dispersão de prioridades territoriais e desequilíbrio territorial, tendendo a aumentar as desigualdades.

Atividades curto prazo: Organizar a programação das revisões de Planos Diretores em função de sua caducidade; explorar a disponibilidade e o interesse da academia e outros setores nessa atividade; e preparar Termos de Referência para cada revisão (individual ou consorciada).

Atividades médio prazo: Licitar as contratações e acompanhar os trabalhos de revisão dos Planos Diretores, bem como a elaboração dos respectivos planos setoriais municipais.

Atividades longo prazo: Monitorar a implementação de todos esses planos, em estreita articulação com a implementação progressiva do PDUI, assegurando harmonia no alinhamento.

Observações: Foi considerada uma média geral da ordem de R\$ 400 mil por município. O financiamento será realizado pelo Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.

Título da Ação: Estimular a ampliação da adoção de políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população e a ampliação da eficiência do gasto público.

Título da Sub-ação: Apoiar a elaboração de propostas multifuncionais e setoriais que demandem arranjos institucionais diferenciados de gestão pública, incluindo a formação de consórcios e Alianças Público Privadas - APPs (OUCs e PPPs).

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Prefeitos e equipes técnicas dos municípios metropolitanos.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual e setor privado (responsabilidade social empresarial).

Objetivo Metropolitano: 16. Desenvolvimento de rede colaborativa entre os municípios da RMRJ.

Mapa de Localização:



Descrição da Ação/Sub-ação: Esta sub-ação de certa forma complementa e focaliza a sub-ação GM 02-a. Algumas das iniciativas propostas nos diversos programas de implementação do PDUI implicam em uma complexidade operacional que pode superar a capacidade isolada e um ou mais municípios. Conforme a importância dessa iniciativa para o conjunto do PDUI e o risco derivado de ela não ser implementada correta e oportunamente, valerá a pena apoiar (incentivar) a conformação de arranjos diferenciados de gestão pública como um investimento para o sucesso daquela empreitada. Cada município deverá gestionar os arranjos diferenciados que melhor lhe convier para os propósitos da implementação de propostas multifuncionais ou setoriais complexas, com o acompanhamento e a orientação técnica do órgão metropolitano.

Questão a ser solucionada: Dispersão de prioridades territoriais e desequilíbrio territorial, tendendo a aumentar as desigualdades.

Atividades curto prazo: Identificar e mapear as primeiras prioridades em propostas mais complexas, bem como as exigências de arranjos diferenciados.

Atividades médio prazo: Definir os incentivos que podem ser oferecidos em cada caso, de modo a acelerar esse processo e reforçar um melhor aprendizado nessa conformação diferenciada; e acompanhar os estudos de factibilidade dos arranjos diferenciados.

Atividades longo prazo: Acompanhar as operações desses arranjos inovadores e avaliar sua efetividade para os propósitos de implementação do PDUI.

Observações: No custo acima, não foi considerado o valor dos estudos de factibilidade para a formação de consórcios e constituição de PPPs, mas apenas o valor do incentivo (subsídio) que o órgão metropolitano poderia mobilizar, seja no Fundo Metropolitano, seja em outra fonte, para esse apoio.

Título da Ação: Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada ao processo de planejamento metropolitano e municipal.

Título da Sub-ação: Atrair instituições com foco em gestão pública para cooperar com a gestão metropolitana e municipal.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Parceiros selecionados na sociedade civil organizada, incluindo a academia e centros de pesquisa.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 19. Inclusão da sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e custeio das políticas públicas).

Descrição da Ação/Sub-ação: O propósito da ação é utilizar toda a disponibilidade na RMRJ de entidades acadêmicas, de formação e de pesquisa para apoiar o processo de aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios metropolitanos e no próprio órgão metropolitano. Para esse fim, o processo de atração será a aproximação recíproca entre esse segmento da sociedade civil e o órgão metropolitano, incluindo conversas técnicas, visitas, informação sobre as necessidades de capacitação e as oportunidades de envolvimento dessas entidades nas diversas iniciativas de elaboração de planos de todo tipo. Esse último caso deve ser entendido como um processo de capacitação indireta, pela realização "in-house" (ie, nos próprios municípios) de tarefas de revisão de planos mediante mesas redondas, oficinas de trabalho, etc. Essa aproximação deve estimular esses segmentos a participar de licitações para a elaboração desses planos e para oferecer cursos específicos de capacitação, conforme as demandas.

Questão a ser solucionada: Insuficiente capacitação gerencial e institucional de funcionários do poder público para a utilização de ferramentas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.

Atividades curto prazo: Identificação e mapeamento das instituições disponíveis na RMRJ com foco em gestão pública; contatos iniciais para verificação da disponibilidade e interesse nessa cooperação.

Atividades médio prazo: Disseminação das oportunidades de cooperação e estímulo à sua participação nas licitações, quando for o caso; solicitação de ofertas de capacitação; e organização de cursos de capacitação conforme as demandas e necessidades.

Atividades longo prazo: Organização de parcerias institucionais e criação de módulos específicos nas entidades de ensino sobre a gestão pública para o desenvolvimento urbano e metropolitano sustentável e equitativo.

Observações:

Título da Ação: Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada ao processo de planejamento metropolitano e municipal.

Título da Sub-ação: Estimular o reforço da capacitação profissional e funcional de servidores municipais e estaduais.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Parceiros selecionados na academia e centros de aprendizagem e capacitação.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais, setor privado, Ministério das Cidades e patrocínio de universidades.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 19. Inclusão da sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e custeio das políticas públicas).

Descrição da Ação/Sub-ação: Ficou bastante claro no diagnóstico que a capacitação profissional e funcional dos recursos humanos municipais (e estaduais, por extensão) é um investimento primordial e prioritário no conjunto das iniciativas do PDUI. Essa capacitação pode dar-se por meio da preparação de cursos específicos, ou aproveitamento de cursos já existentes, seja na modalidade presencial ou à distância, ou alguma combinação entre esses modos. Podem ser exploradas bolsas de estudo das próprias entidades de ensino bem como patrocínio do setor privado. O Ministério das Cidades tem um amplo programa de capacitação à distância direcionado para a gestão urbana, especialmente para a utilização eficiente dos instrumentos do Estatuto da Cidade. O sistema "S" (SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR) também dispõe de uma gama bastante variada de cursos e, na condição de autarquias federais, poderia ser um parceiro diferenciado – assim como a UERJ, a UFRJ e a UFF, por serem públicas – para a montagem e realização de cursos focalizados nas necessidades precípua do processo de implementação do PDUI. A Escola Nacional de Serviços Urbanos, ENSUR, vinculada ao IBAM, é outra parceria potencial a ser explorada dado o estreito alinhamento de seu conteúdo programático com os temas do PDUI, além de sua extensa experiência na capacitação de servidores municipais. Do ponto de vista dos municípios (e do Estado), no longo prazo poderia existir algum incentivo em termos de progressão na carreira para quem se especializar em temas diferenciados da gestão municipal e metropolitana. Em alguns casos, os programas de capacitação poderiam incluir membros da sociedade civil que participem de Conselhos Municipais Tutelares.

Questão a ser solucionada: Insuficiente capacitação gerencial e institucional de funcionários do poder público para a utilização de ferramentas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.

Atividades curto prazo: Identificação mais precisa de necessidades de capacitação formal (ensino médio), como base essencial, idem para capacitação quanto ao uso de instrumentos urbanísticos essenciais, assim como plataformas de gestão; e exploração de parcerias junto às entidades de ensino e pesquisa em geral, públicas e particulares.

Atividades médio prazo: Negociação e implementação do programa de capacitação do PDUI destinado aos servidores públicos atuando em temas e locais mais sensíveis para o sucesso do PDUI.

Atividades longo prazo: Avaliação permanente das iniciativas de capacitação e consolidação do programa de capacitação em gestão pública municipal e metropolitana com a participação de parcerias acadêmicas e do setor privado.

Observações: O financiamento, quando em espécie, será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano. Em termos quantitativos, estima-se a capacitação específica (uso de instrumentos urbanísticos) de um total mínimo de 300 pessoas (cerca de 15 pessoas por município), além da formação básica no ensino médio para todos que não a tiverem.

Título da Ação: Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada ao processo de planejamento metropolitano e municipal.

Título da Sub-ação: Apoiar o incremento de redes de contato dos governos com os segmentos da sociedade civil organizada.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Parceiros selecionados na sociedade civil organizada.

População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

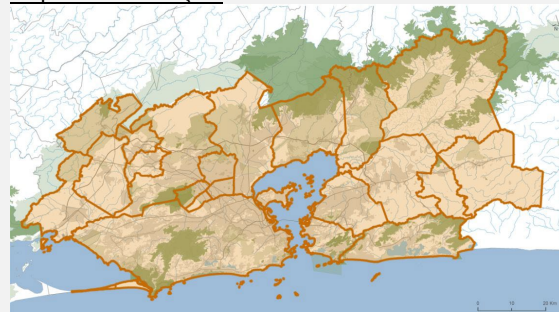
Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 1,2 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Objetivo Metropolitano: 19. Inclusão da sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e custeio das políticas públicas).

Mapa de Localização:



Descrição da Ação/Sub-ação: Esta sub-ação se alinha, em termos de propósito, com as sub-ações GM 05-d (espaços de participação), GM 05-e (pertencimento metropolitano) e GM 06 (sistema de informações). A evolução e o espraiamento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) impulsionaram a criação de diversas redes de contato, formais e informais, que enlaçam os governos com muitos segmentos da sociedade civil, geralmente de modo fragmentado e setorial, conforme a seleção de interesses. Aqui não se trata de promover a consolidação de uma única rede de contatos, mas sim de estimular a convergência entre elas, atraindo aqueles setores e segmentos da sociedade civil ainda não integrantes de nenhuma rede. O melhor aproveitamento dessas plataformas virtuais não apenas permite uma participação mais efetiva, como também mais desconcentrada no território, posto que qualquer pessoa, desde um dispositivo fixo ou móvel com acesso à internet poderá se conectar. Mesmo tendo que lidar com o aumento substancial do volume de informações e controvérsias, os governos terão também um canal para sua aproximação virtual com a sociedade civil, reforçando o aspecto de atendimento às demandas e consolidando um planejamento mais democrático.

Questão a ser solucionada: Insuficiente capacitação gerencial e institucional de funcionários do poder público para a utilização de ferramentas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.

Atividades curto prazo: Identificação e avaliação das redes de contato mais importantes existentes (em termos de frequência de uso, principalmente), bem como os segmentos que participam em cada uma delas.

Atividades médio prazo: Estimular os governos municipais a conformar redes adicionais ou atrair outros segmentos para as redes existentes; uma opção é partir das demais redes existentes na sociedade civil, em vez de partir das redes operadas pelos governos; e discutir com os governos um plano de ação para a utilização custo-eficiente das redes de contato, de modo a abranger o máximo possível da sociedade civil.

Atividades longo prazo: Acompanhar a implementação do plano de ação acordado e avaliar sua efetividade.

Observações: Não se estimam custos financeiros diretos, mas entende-se a necessidade de gasto em tempo, conversas e negociações institucionais que levem a esse resultado desejado.

Título da Ação: Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada ao processo de planejamento metropolitano e municipal.

Título da Sub-ação: d) Atrair os segmentos da sociedade civil organizada, fortalecendo os espaços de participação existentes adequando-os às novas tecnologias de informação e comunicação; e) Fomentar o sentido de pertencimento metropolitano.

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Parceiros selecionados na sociedade civil organizada.

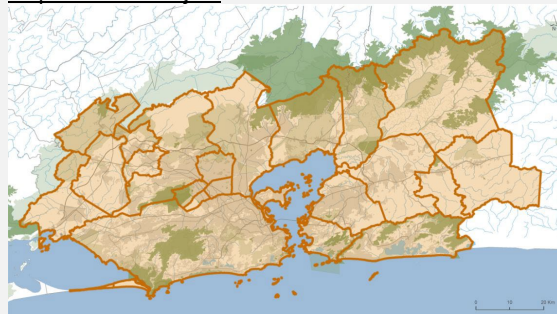
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: Custo da governança metropolitana.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 2,5 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Estadual, governos municipais, setor privado (responsabilidade social empresarial) e clubes de serviços (Rotary, Lions, etc.).

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 19. Inclusão da sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e custeio das políticas públicas); e 20. Garantir o acompanhamento do cidadão no processo de avaliações da implementação do PDUI.

Descrição da Ação/Sub-ação: Esta sub-ação complementa e focaliza os propósitos das sub-ações GM 05-c (redes de contato) e GM 06 (sistema de informações). Neste par de sub-ações, o foco é nos espaços de planejamento participativo, virtuais ou não, privilegiando aqueles que permitam maior alcance de participação com o uso de TIC's eficientes. Espera-se que a maior e melhor participação da sociedade civil organizada, bem como a existência de redes de contato e espaços de participação de melhor qualidade, reforcem o sentido de pertencimento metropolitano, não como um sentimento unificado ou "pasteurizado", mas dentro de uma visão de "equidade na diversidade". O apelo mercadológico das cidades-polo é muito intenso e faz sombra sobre outros pertencimentos locais que também integram o sentimento metropolitano. Essas redes de contato e espaços de participação serão outra estratégia de alinhamento entre os diversos segmentos setoriais e territoriais da sociedade civil da RMRJ para que se conheçam melhor, entendam reciprocamente seus anseios e necessidades, abrindo janelas de oportunidades para apoios mútuos.

Questão a ser solucionada: Insuficiente capacitação gerencial e institucional de funcionários do poder público para a utilização de ferramentas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.

Atividades curto prazo: Identificar e avaliar os espaços de participação existentes no processo de planejamento municipal; e propor espaços formais de participação no planejamento metropolitano, a partir das experiências na elaboração do PDUI.

Atividades médio prazo: Acompanhamento da operação dos espaços participativos e avaliação de sua abrangência e efetividade em termos de contribuição e co-responsabilização.

Atividades longo prazo: Impulsionar atividades de avaliação da implementação do PDUI dentro desses espaços participativos, captando subsídios técnicos e de governança/gestão para a retroalimentação do processo.

Observações: Este financiamento, se realizado em espécie, ocorrerá por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos de suas fontes originais. Imagina-se que ele seja direcionado prioritariamente para as atividades de avaliação independente sobre a efetividade dos espaços e processos (na ótica de implementação do PDUI), contribuindo para uma retroalimentação de todo o planejamento dentro do sentido de pertencimento metropolitano.

Título da Ação: Promover uma gestão de informação, através de um Sistema Unificado de Informação Metropolitana, com base georreferenciada e acesso público.

Título da Sub-ação: -

Localização: RMRJ.

Macrorregião de Planejamento: Hipercentro, Oeste, Norte, Nordeste e Leste.

Principais Entes Responsáveis: Governo Federal, governos municipais e governança metropolitana.

Público Alvo da Ação: Parceiros selecionados na sociedade civil organizada, especialmente na academia e centros de pesquisa.

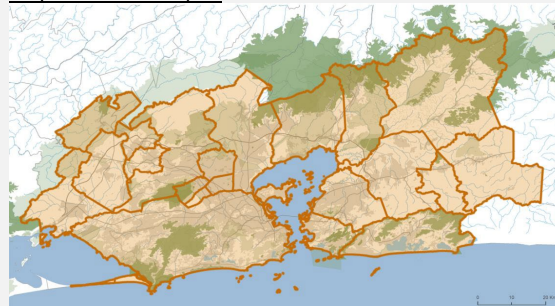
População Diret. Beneficiada: 12,4 milhões (população da RMRJ).

Custo Atividades Preparatórias: R\$ 2,5 milhões.

Custo Estimado Final da Ação: R\$ 20 milhões.

Fontes de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, fundos internacionais (BIRD e BID) e setor privado.

Mapa de Localização:



Objetivo Metropolitano: 21. Garantir espaços de participação (presencial e web) e manter transparência de gastos e ações.

Descrição da Ação/Sub-ação: Promover a utilização de informações georreferenciadas como insumo para a tomada de decisões, conforme o proposto no Programa “Metrópole Inteligente”, como fonte para uma cultura de informação, incluindo um sistema de monitoramento e avaliação de resultados da RMRJ, aberto ao público, mediante a adoção de indicadores de monitoramento setorial e territorial. O Governo do Estado do RJ, por meio da Câmara Metropolitana, já colocou à disposição dos municípios metropolitanos o mosaico aerofotogramétrico resultante de voos recentes, cobrindo 19 dos 21 municípios (Rio de Janeiro e Niterói já dispunham de seus mosaicos). A partir desse insumo insuperável, é possível contrastar a informação ali fotografada com as realidades locais, especialmente no tocante ao controle do uso do solo, tanto para identificar casos sujeitos à cobrança de IPTU como para casos de riscos urbanísticos e ambientais. A Prefeitura de Nova Iguaçu já utilizou esse subsídio técnico e alavancou sua arrecadação. O propósito doravante é avançar na montagem de um sistema eletrônico integrado às bases de dados municipais para aperfeiçoar esse controle urbanístico e ambiental. Está previsto no pacote de financiamento do Banco Mundial a elaboração de um sistema dessa natureza, mas será preciso avançar nas estratégias de utilização dos dados ali referenciados. É muito importante que o sistema esteja aberto à consulta pública, tanto para uso de seus dados, como para análises sobre a evolução na implantação do PDUI e a periódica retroalimentação do processo de planejamento metropolitano e municipal. O sistema incluirá a territorialização das decisões sobre investimentos em geral. Será necessário preparar Termos de Referência específicos para essa utilização dos dados, incluindo possíveis parcerias com centros de pesquisa e o setor privado para o cofinanciamento dessa utilização. Também se prevê a constituição de uma parceria para a conformação de um Observatório Metropolitano de Desenvolvimento Sustentável, para monitorar a evolução de indicadores oficiais como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), Mudança Climática, Nova Agenda Urbana, etc.

Questão a ser solucionada: Insuficiente capacitação gerencial e institucional de funcionários do poder público para a utilização de ferramentas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.

Atividades curto prazo: Estudo básico dos atributos do sistema a ser montado a partir do mosaico existente, bem como a identificação de indicadores temáticos e territoriais que podem ser construídos a partir desses dados.

Atividades médio prazo: Montagem do sistema unificado e articulação desse sistema com as bases de dados estadual e municipais, sempre com acesso ao público em geral; preparação de relatórios gerenciais e sua disseminação.

Atividades longo prazo: Integração do sistema metropolitano da RMRJ à rede estadual, nacional e internacional de Observatórios Urbanos; preparação de relatórios gerenciais e sua disseminação.

Observações: O financiamento será realizado por intermédio do Fundo Metropolitano, que receberá os recursos das fontes originais.